

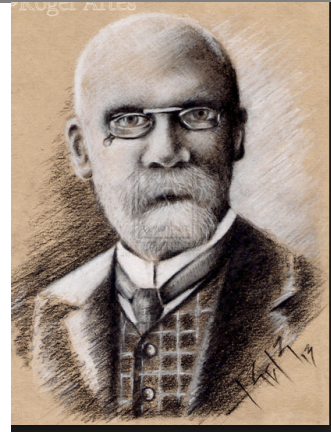
---

# Idas e Vindas do Sujeito da Ação:

Causalidade e Motivação em *O Suicídio* de Émile Durkheim

---

Fernando Lima das Neves\*



Com a publicação de *O suicídio* de Émile Durkheim, em 1897, a disciplina, então emergente na arena institucional francesa, ganhava um contorno mais objetivo e sistemático, corolário dos esforços teóricos anteriores, em que as premissas e pressupostos de sua “ciência da sociedade” se solidificaram. O programa inaugurado por Durkheim nesse “estudo de sociologia” instigou inúmeras reflexões acerca dos mecanismos concretos de funcionamento das sociedades, embora com reações diversas, já à época, ao determinismo causal dos aspectos sociais frente a ação dos sujeitos<sup>1</sup>.

A crítica às correntes filosóficas metafísicas, distantes da concreção dos fenômenos a serem “observados” e “analisados”, e a qualquer idéia de fundo psicologizante delineou o horizonte de embates e disputas entre as diversas disciplinas coetâneas. Nesse momento de institucionalização da sociologia na França, Durkheim acionou inúmeros elementos, na formulação de sua teoria social, que acabaram por enrijecer o conteúdo, as variações e a complexidade dos fenômenos sociais, posto que a balança doravante pendesse sempre para a inexorável “sociedade”, algo sempre “exterior” aos indivíduos: “não se percebe que não pode haver sociologia se não há sociedades, e que não há sociedades se só existem indivíduos” (2000, p. 06).

---

\* Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> Por exemplo, a querela com Gabriel Tarde e sua sociologia do indivíduo (LEPENIES, 1996, p. 60-64).

Desses elementos, o *princípio de causalidade* na análise dos fatos sociais, que fundamenta sua composição dos tipos sociais de suicídio, é certamente o principal recurso proposto para traçar o caminho da explicação sociológica. Por essa via, pretende-se aqui uma breve aproximação junto aos argumentos utilizados por Durkheim nessa empreitada, que foi fundamentalmente institucional (e muito menos individual)<sup>2</sup>, enfatizando as idas e vindas do sujeito da ação, por meio da contraposição entre *motivação* e *causalidade* na obra em questão.

Partimos da seguinte imagem:

*L'individu que rien ne rattache plus à la vie trouvera, de toute manière, une raison d'en finir: mais ce n'est pas cette raison qui explique son suicide. De même, lorsqu'on sort d'une maison qui a plusieurs issues, la porte par où l'on passe n'est pas la cause de notre sortie. Il fallait d'abord que nous ayons le désir au moins obscur de sortir. Une porte s'est ouverte devant nous, mais, si elle eût été fermée, nous pouvions toujours en ouvrir une autre.* [O indivíduo que não mais está ligado à vida encontrará, de qualquer maneira, uma razão para com ela acabar: mas não é esta razão que explica seu suicídio. Da mesma forma, quando saímos de uma casa que possui várias saídas, a porta por onde se passa não é a causa de nossa saída. É necessário de antemão que tenhamos o desejo ao menos obscuro de sair. Uma porta está aberta diante nós, mas, se ela tivesse sido fechada, nós sempre poderíamos abrir uma outra]. (HALBWACHS, 1930, p. 11)

Desvela-se, aqui, o dilema em torno do determinismo das causas sociais, isto é, a real capacidade de interferência e de decisão dos indivíduos, embora sempre dentro de um campo mais ou menos restrito de possibilidades objetivas.

Podemos situar o estudo de Durkheim nessa encruzilhada explicativa, na qual os motivos mais íntimos concorrem com o peso estrutural do conjunto da sociedade, traduzido nas suas diversas instituições. Os esforços por ele despendidos para elucidar os fatos sociais se situam exclusivamente na órbita das causas sociais. Para ele, não é o universo interior da pessoa que explica o suicídio, mas as particularidades inerentes a cada sociedade, ou, na síntese do autor, “cada sociedade se predispõe a fornecer um contingente determinado de mortes voluntárias”, logo, pode ser “objeto de um estudo especial, que pertence ao domínio da sociologia”.

---

<sup>2</sup> Uma vez considerado que “Durkheim representava um ideal de cientificidade que devia ser estranho aos adversários da Nova Sorbonne. Pois a sociologia era uma disciplina cujo progresso dependia menos de indivíduos formados do que da formação de grupos de pesquisa capazes de trabalhar com eficácia” (LEPENIES, *ibid.*, p. 56).

No referido texto, Maurice Halbwachs propõe uma revisão de algumas dessas explicações do suicídio, sobretudo a de Durkheim, à luz das novidades no âmbito das fontes (de uma melhor sistematização das ocorrências), do aprimoramento das técnicas estatísticas, da exploração de outras temáticas, como a distinção entre cidade e campo, a relatividade da distribuição espacial das taxas de suicídio, enfim, um extenso trabalho de refinamento do método e de complementação da análise, a partir de variáveis ignoradas por Durkheim. Embora o próprio Halbwachs não arrefeça a pujança da sociedade, aqui e em outras obras<sup>3</sup>, essas complementações e dúvidas por ele acionadas permaneceriam latente por longos anos, ganhando dimensão mais substantiva na sociologia apenas nas formulações teóricas e metodológicas posteriores.

Durkheim anuncia logo no prefácio que “há algum tempo a sociologia está na moda” (2000, p. 01). A ironia da afirmação revela, desde já, o esforço do autor em delinear uma arena de estudos e pesquisas pelo viés racionalista: pela determinação precisa do *método*. Esse ideal de cientificidade requeria uma aproximação imediata da “realidade”, e, por conseguinte, das ciências naturais, a fim de se distanciar das elucubrações filosóficas em voga naquele momento. Tal esforço fica bem nítido na célebre orientação do autor para que

o sociólogo, em vez de se comprazer em meditações metafísicas a propósito das coisas sociais, tome como objetos de suas pesquisas grupos de fatos nitidamente circunscritos, que possam, de certo modo, ser apontados com o dedo, dos quais se possa dizer onde começam e onde terminam (...) (2000, p.03).

O mais significativo é a junção desse esforço teórico e metodológico para dar densidade analítica à esfera social, ao conjunto de disputas políticas que ladeavam a vida acadêmica. Longe de “afastar as prenoções”, como previsto em *As regras do método sociológico*, de 1895, Durkheim também estava inserido num ambiente de enfrentamento dos pontos de vista opostos, em geral defensores da antiga ordem monárquica. Tratava-se de visões de mundo colidentes, que comportavam, portanto, entendimentos parciais da realidade social. Nesse sentido, apesar de todo o excuro objetivante, Durkheim também lança mão de referências explicativas parciais, ou, conforme Charles Cuin, de “*substituts subjectifs du réel*” [“substitutos subjetivos do

---

<sup>3</sup> Ver, HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 e *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

real”] (2000, p. 130), que se fundem a outras concepções semelhantes para forjar um discurso específico desse “real”, sempre fundamentado logicamente.

Wolf Lepenies articulou bem esses bastidores das disputas no campo das idéias que, vez ou outra, transparecia um palco de embates mais incisivos, revelado pela íntima ligação entre a atividade intelectual e a atividade política. Em seu livro *As três culturas* (1996), o autor reúne o conjunto das disputas institucionais na França, Inglaterra e Alemanha (no caso, entre literatos e cientistas sociais), com destaque para as reações diversas contra a nova disciplina, a sociologia. À medida que o autor recolhe, na primeira parte, informações sobre a vida cotidiana de Paris na transição para o século XX, desfaz-se a opacidade da cena envolta pelas teorias, ou pela referida disputa no campo das idéias:

(...) contra a Nova Sorbonne e contra a sociologia, essa disciplina arrivista que, por meio do nepotismo e da promessa de servir de suporte ideológico aos republicanos, não somente obtivera o acesso à universidade, mas também se tornara uma típica disciplina da moda: como se queixava um de seus críticos, não se podia mais visitar uma festa beneficente ou um albergue noturno sem se ver envolvido numa discussão sobre a sociologia (1996, p. 54).

De fato, as posturas e afirmações de Durkheim eram novidades extremas demais para serem acolhidas imediatamente, já que o primado da explicação sociológica, ao menos para as mentes mais conformadas e com outros interesses, não foi prontamente aceito e reconhecido, pois,

para qualquer defensor da formação clássica, os títulos dos livros de Durkheim e os temas que neles abordava já eram uma provocação. Ele escrevia sobre a normalidade sociológica do comportamento anormal, partia da igualdade de princípio de todas as religiões e salientava repetidamente – no que era atrevido o bastante para reportar-se a Descartes – a importância na ciência do uso correto do método (1996, p. 57).

E o problema do método era uma obstinação para Durkheim, o que revelava sua faceta conservadora, já que estruturada numa concepção estática da sociedade, ou de *crítica moral* das mudanças sociais geradoras de “crises”. Aliás, ele próprio reconhece no prefácio da primeira edição de *As regras do método sociológico*:

nosso método, portanto, nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como ‘coisas’ cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é neles apenas o

produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, num instante, subverter de cima a baixo! (1999a, p. xiii).

Por isso, como observado por Lepenies, “(...) surgia uma [nova] metafísica sociológica, que por meio de seus adeptos conseguia algo pior que qualquer invasão militar: a destruição da vida interior” (1996, p. 75). Embora, para Durkheim, a

(...) regra não implica (...) nenhuma concepção metafísica, nenhuma especulação sobre o âmago dos seres. O que ela reclama é que o sociólogo se coloque no mesmo estado de espírito dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se lançam numa região ainda inexplorada de seu domínio científico (1999a, p. xix).

O suicídio foi a oportunidade de demonstrar na prática essas “regras” metodológicas e asseverar os postulados de sua teoria, ainda que cheios de petições de princípio, contradições e irresoluções argumentativas e empíricas do início ao fim. Não obstante, Durkheim, cômico de suas limitações, recorria a subterfúgios diversos. Por exemplo, as dificuldades em classificar uma enormidade de casos de suicídio se reduzem ao problema da incompletude e desorganização das fontes: “Infelizmente, uma classificação dos suicídios racionais segundo suas formas ou características morfológicas é impraticável, porque os documentos necessários são quase inexistentes” (2000, p. 166).

Nesse ponto, a primazia do social, embutida no método, anula os atributos individuais, tornando bastante irregulares e incoerentes os caminhos da pesquisa social por ele escolhidos. Tentemos aproximar de alguns de seus argumentos para, em seguida, observarmos, a partir de certas estratégias por ele empregadas para solucionar tal problema de coerência, as hesitações acerca dos sujeitos da ação em *O suicídio*.

No primeiro livro (capítulos de 1 a 4), afasta todas as variantes extra-sociais, as “disposições orgânico-psíquicas e a natureza do meio físico”, que ainda possuíam certa força explicativa em sua época (reminiscências das formulações de Montesquieu em *Do espírito das leis*, de 1748, dentre outros), não apenas eliminando tais explicações, mas buscando a todo o momento as causas exclusivamente sociais do suicídio: não é a loucura que provoca o suicídio (ainda que com algumas exceções), também não é o

calor ou a variação na duração dos dias (e sim o excesso de contato social no verão<sup>4</sup>), nem a raça, a hereditariedade, ou a imitação. A única possibilidade de explicação está nas causas sociais, no movimento epistemológico dedutivo que anula, na análise, qualquer ação dos indivíduos. Mantendo-se distante do procedimento hermenêutico, subsiste avesso a toda forma de interpretação:

se quisermos saber de que confluências diversas resulta o suicídio considerado como fenômeno coletivo, é sob sua forma coletiva, isto é, através dos dados estatísticos que devemos abordá-lo já de início. Deve-se tomar diretamente como objeto de análise a taxa social; deve-se caminhar do todo para as partes (DURKHEIM, 2000, p. 169).

E porque o todo possui o primado de determinação das partes, o grande espelho em que tudo se reflete, seu bem-estar deve ser preservado e cuidado. Dessa forma, ele parte do suicídio como problema de desordem moral, de uma efervescência negativa do todo, de uma atitude que, em última instância, ameaça a vida humana, ou seja, “(...) é reprovado por transgredir o culto à pessoa humana no qual repousa toda a nossa moral” (*ibid.*, p. 432). Assim, é no *grau de integração* de cada sociedade que se deve buscar as causas do suicídio, não nas inúmeras variações, ou motivações individuais para cometê-lo, pois “(...) o indivíduo é dominado por uma realidade moral que o ultrapassa: é a realidade coletiva” (*ibid.*, p. 06). Portanto, a conclusão, já significativamente anunciada no início, é que “o suicídio depende de causas sociais e não de condições individuais” (*ibid.*, p. 140), ou “(...) depende essencialmente de certas condições do meio social” (*ibid.*, p. 152).

Assim, o *sentido prático* parece conduzir sub-repticiamente o *sentido epistemológico* da obra. E a tarefa de Durkheim é uma tarefa moral. No livro, essa preocupação se confunde com o argumento da falta de integração social para fundamentar e justificar a anormalidade desse fato social, porque “(...) o suicídio (...) é justamente uma das formas pelas quais se traduz a doença coletiva de que sofremos (...)” (*ibid.*, p.04). As expressões com esse teor surgem profusamente no correr do texto: “atos imorais” (p. 160), “sociedade moralmente desamparada” (p. 160), “temperamento moral da sociedade” (p. 169), “maior moralidade” (p. 183), “impor uma moralidade” (p. 189), “estado moral” (p. 216), “superioridade moral dos indivíduos casados” (p. 222),

<sup>4</sup> Em flagrante contradição com o conceito de “solidariedade orgânica” desenvolvido em *Da divisão do trabalho social* (1999b).

“declínio moral” (p. 232), “constituição moral” (p. 233), “abalo moral” (p. 236), “ação moral” (p. 256), “assistência moral mútua” (p. 259), “idéias morais” (p. 316), “instabilidade moral” (p. 466), “organização moral” (p. 474), “base moral” (p. 486), “miséria moral” (p. 506). A cada passo, Durkheim parece possuído por um ofício quase religioso que o faz promulgar e denunciar a toda hora os riscos de anomia adjacentes.

Por conseguinte, a conclusão será que o suicídio é um “ato imoral” (2000, p. 437), um “fenômeno de patologia social” (2000, p. 471)<sup>5</sup>, que deve ser condenado. E a condução desse combate cabe à sociologia, aos procedimentos racionais necessários para nos debruçarmos sobre o mundo social. Por isso, confessa, no prefácio de *As regras do método sociológico*, sua “fé no futuro da razão” (1999a, p. xiv). Também em outra passagem de *O suicídio*, ele refuta curiosamente o argumento da propensão dos estudiosos à individuação excessiva, logo, ao cometimento do suicídio – “muito longe de ser a origem do mal, a ciência é o remédio, e o único de que dispomos” (2000, p. 201) –, elevando ainda mais, assim, a aura salvacionista dos prodigiosos cientistas. Não à toa, portanto, que, logo no início dessa obra, é anunciado seu sentido prático: “de nosso estudo podem-se até extrair algumas indicações sobre as causas do mal-estar geral de que sofrem atualmente as sociedades européias e sobre os remédios que podem atenuá-lo” (2000, p. 04).

Esse sentido “moral” é traduzido por Durkheim como “social”, e, intercalando os dois conceitos, busca uma armação mais densa da sua rede teórica, embora com a singularidade das “partes” ecoando nos bastidores do texto. Na definição do suicídio como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (2000, p. 14), ele não tem como escapar do elemento “individual” do suicídio, isto é, que é perpetrado segundo uma *motivação particular*. Motivação que está circunscrita à interioridade, não diz respeito direta e exclusivamente às “causas sociais do suicídio”. Sua aproximação objetiva obscurece a objetividade dos sujeitos.

---

<sup>5</sup> Na verdade, os tipos “egoísta” e “altruísta” são considerados fenômenos sociais normais, enquanto o “anômico” e o “fatalista” são os verdadeiros tipos patológicos de suicídio, o principal foco da crítica durkheimiana, porque é sobre a falta (ou excesso) de regulação jurídica e moral que despeja as causas das agruras sociais “anormais”.

Como se percebe, o importante é sempre constituir uma categoria de objetos “objetivamente fundamentada”, que “corresponda a uma natureza determinada de coisas” (2000, p. 11). A saída proposta, entretanto, recai, como já demonstrado, na criticada metafísica, pois “os fatos sociais devem ser estudados como coisas, ou seja, como realidades exteriores ao indivíduo” (2000, p. 05). É nítido aqui o silêncio dos atores, ou, como ressalta Charles Cuin, “(...) *les acteurs choisis par Durkheim sont, par définition, inexorablement et définitivement muets!*” [“(...) os atores escolhidos por Durkheim são, por definição, inexorável e definitivamente mudos!”] (2000, p. 125).

O problema, todavia, era premente para Durkheim. A todo o momento a questão o circundava. Ele reconhece o limite de seu método em relação a este imbróglio, mas reduz essa dificuldade a algumas inconveniências lógicas – “é verdade que esse método tem o defeito de postular a diversidade dos tipos sem os atingir diretamente” (2000, p. 168) –, traçando habilmente, para escapar da inconsistência, outra diminuição do sujeito da ação, já que “com muita freqüência ele é levado a enganar-se a respeito de si mesmo e da natureza de suas disposições; por exemplo, imagina que age com sangue-frio, ao passo que está no auge da superexcitação” (2000, p. 167).

Mais uma vez é a causa social que determina e baliza a taxa de suicídio, e não as meras “características” das ocorrências, ainda que “essenciais”: “(...) penetramos muito mais a natureza de um fenômeno quando sabemos sua causa do que quando conhecemos apenas suas características, mesmo que essenciais” (*ibid.*, p. 168). De qualquer forma, o indivíduo aparece sempre como uma amostra singela, um resultado acessório, do conjunto de dimensões da sociedade.

A própria definição de “fatos sociais” exclui em toda sua extensão o indivíduo. Como visto, eles são, logo no início do segundo capítulo de *As regras do método sociológico*, considerados como “coisas”, que pressupõem um distanciamento cognitivo absoluto por parte do pesquisador, mas também são realidades “coercitivas”, “gerais” em “determinada extensão” e “exteriores”. Nota-se aqui, mais uma vez, a anulação das intenções, motivações, especificidades e nuances individuais na efetivação das “mortes voluntárias”.



Por outro lado, o indivíduo recalcado é, paradoxalmente, o motor de sua “classificação etiológica” dos suicídios. Os tipos egoísta (fruto de uma “individuação descomedida”, uma integração capenga), altruísta (resultado de uma ligação exacerbada com a sociedade, excesso de integração), anômico (ausência de regulação) e fatalista (excesso de regulação) reduzem majestosamente a complexidade dos fatos sociais, embora nem o próprio Durkheim pareça estar muito seguro dessa classificação: “com efeito, só pode haver tipos diferentes de suicídios na medida em que as causas a que estão ligados sejam diferentes” (2000, p. 167). Interessante, nesse ponto, é que, em nenhum momento, ele esboça uma quantificação desses tipos a partir das casos registrados nos arquivos públicos, escapando das variantes minúsculas que poderiam abalar seu modelo.

O distanciamento dos sujeitos impede, assim, que Durkheim mensure estatisticamente sua tipologia. Com exceção de alguns exemplos concretos de suicídios no sexto capítulo do segundo livro, sua “*proscription dogmatique de toute méthode individualiste*” [“proscrição dogmática de todo método individualista”] (CUIN, 2000, p. 126) inviabilizou uma explicação mais detalhada dos suicídios, o que seria muito interessante do ponto de vista da relação causa-efeito que tanto apregooou. A redução da enorme complexidade, pretensamente viabilizada pelo distanciamento das variações individuais, tem o efeito de diminuir a força explicativa de Durkheim, o que fica atestado na sua titubeação ao intercalar os diferentes tipos sociais de suicídio (2000, p. 369-372).

Outra estratégia observada é reduzir as motivações individuais a “paixões”, a estados emocionais desequilibrados, que emergem a partir de uma ou outra dor, desespero, melancolia ou sofrimento. Durkheim isola o aspecto psicológico e descarta seu acionamento pela sociologia. Não cabe à sociologia considerá-los objetos de maior atenção. Por isso, reage a esses desequilíbrios enfatizando que “(...) é preciso (...) que as paixões sejam limitadas” (*ibid.*, p. 315). Assim, o afastamento sistemático das variações individuais não cessa um instante sequer, como exemplificado nessa passagem:

estas são as características gerais do suicídio, ou seja, as que resultam imediatamente de causas sociais. *Individualizando-se* nos casos particulares, eles adquirem nuanças variadas, conforme o *temperamento pessoal* da

vítima e as circunstâncias especiais em que se encontra (*ibid.*, p. 378, grifos nossos).

Sua indagação dos diferentes meios sociais (família, confissões religiosas, sociedade política e grupos profissionais) consolida, por fim, o movimento sistemático de anulação dos sujeitos da ação. Do início ao fim do livro, a causa do suicídio está fora dos indivíduos, e, “para descobri-la, é preciso se colocar acima dos suicídios particulares e perceber o que constitui sua unidade” (*ibid.*, p. 418).

Destarte, Durkheim, em seu movimento de objetivação dos fatos sociais, reduz as motivações pessoais do suicídio a acontecimentos fortuitos da vida cotidiana. Estas estratégias teóricas e metodológicas de anulação do sujeito, vinculam-se, como já foi dito, às disputas institucionais em torno da consolidação da sociologia na França. E a escola durkheimiana representava precisamente as novidades da moderna sociedade industrial, as reflexões e pesquisas à luz das inúmeras transformações sócio-econômicas que requeriam as inovações propostas.

Foi exatamente a partir deste “estado de desagregação social”, o qual implicava um “afrouxamento dos vínculos sociais” (2000, p. 265), que Durkheim vislumbrou sua crítica. Confluíam-se, assim, para o mesmo ponto, o debate intelectual e a vida política, qual seja, o mote das disputas entre visões de mundo conflitantes, coladas a grupos e classes sociais distintos, que engendraram um sentido prático para o ofício do cientista social. Por isso, afirmava que

nosso principal objetivo, com efeito, é estender à conduta humana o racionalismo científico, mostrando que, considerada no passado, ela é redutível a relações de causa e efeito que uma operação não menos racional pode transformar a seguir em regras de ação para o futuro (1999a, p. xiii).

E a ciência, para Durkheim, respondia pela possibilidade desse futuro... Fundamenta-se aqui todo o programa da sociologia durkheimiana, atividade sistemática que ambicionava reparar todas as agruras da sociedade. Uma vez sintetizada a causa do suicídio (variável segundo o grau de integração da sociedade), a receita para sanar tal problema não poderia estar fora da vida social. Em face do estado de anomia observado, sobretudo, no mundo econômico, não há muita esperança na sociedade política ou no estado, na família ou na religião, todas as expectativas recaem sobre as *corporações profissionais*, no grupo “formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos

e organizados num mesmo corpo” (1999b, p. xi). Durkheim buscará nessas corporações um horizonte moral para abrandar as ocorrências de suicídio.

Com o propósito de retomar caráter prático da obra, no prefácio da segunda edição *Da divisão do trabalho social*, de 1902, ele sistematiza os desdobramentos do último capítulo de *O suicídio*, destacando o “papel desses agrupamentos profissionais na organização social dos povos contemporâneos”. O papel da organização corporativa seria a regulação da vida social, através de “um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais” (1999b, p. xvi). O alvo salvacionista de Durkheim (embora não se trate de uma organização em bloco da classe operária para o enfrentamento político da exploração patronal, cujo caráter de *conflito permanente* é, de resto, por ele ignorado, bem como todo o intenso debate do marxismo europeu à época sobre a questão) aciona um retorno triunfante ao passado, para romanticamente promover a organização dos trabalhadores em pequenos grupos, interligados numa incipiente rede internacional de cooperação social e fonte moral, posto que, para ele, “um grupo não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus membros, é também uma fonte de vida *sui generis*. Dele emana um calor que aquece ou reanima os corações, que os abre à simpatia, que faz ruir os egoísmos” (1999b, p. xxxv). Durkheim cultivava um forte sentimento pela primazia do todo, apegando-se a algo que superaria as “paixões” individuais, e subordinando os interesses particulares ao interesse geral. Essa é “a fonte de toda atividade moral” (1999b, p. xxi), como afirma o autor.

É louvável, por outro lado, o esforço de Durkheim na busca pela correlação entre os casos particulares de “mortes voluntárias” face àquelas transformações estruturais advindas com a urbanização e a industrialização. Ao crescimento da densidade material não correspondia uma elevação da densidade moral. Em outras palavras, por conta do enfraquecimento das crenças tradicionais e do estado de individualismo que disso resulta, a capacidade de regulação não acompanhava essas transformações materiais.

Se, aqui, por um lado, reside a força da teoria durkheimiana, isto é, o estabelecimento de correlações estruturais entre os inúmeros casos aparentemente dissociados; por outro, o silêncio dos atores sociais inviabiliza qualquer intenção

cognitiva mais totalizante da sociedade. Essa impossibilidade de se incorporar, na análise, uma micro-sociologia, em que outros aspectos mais singulares poderiam ser detalhadamente verificados nos indivíduos (ainda que sejam inúmeras as variações motivacionais), barram a referida junção entre aspectos estruturais e as particularidades dos indivíduos<sup>6</sup>, frutos de histórias e de possibilidades materiais distintas.

Residem nesse fato muitas das incoerências apontadas na obra de Durkheim, por exemplo, a insuficiência dos tipos sociais por conta dessa anulação dos sujeitos. É um modelo que não suporta interpretação, em que a decisão individual depende exclusivamente da sociedade, além de seu viés nitidamente a-histórico. Há muitos anos a sociologia se debate com as modulações entre “sociedade” e “indivíduo”. Modulações que, longe de estarem resolvidas, não foram ignoradas por inúmeros autores da sociologia, também no início do século XX, para ficarmos com Max Weber, Georg Simmel, Norbert Elias e também em muitas correntes marxistas, por exemplo, nas discussões em torno do “sujeito da ação revolucionária”, em Rosa Luxemburgo ou Georg Lukács (NEVES, 2005).

Embora *“cette invalidation radical du discours des acteurs est, bien sûr, parfaitement cohérente avec des principes méthodologiques constamment réaffirmés par Durkheim”* [“esta invalidação radical do discurso dos atores seja, com certeza, perfeitamente coerente com os princípios metodológicos constantemente reafirmados por Durkheim”] (CUIN, 2000, p. 126), ele retornaria à questão nas últimas obras<sup>7</sup>, sobretudo *“en forme de sociologie de la connaissance”* [“em forma de sociologia do conhecimento”] (*ibid.*, 2000), sempre a partir do procedimento “hipotético-dedutivo”. Assim, aproxima-se ambigualmente dos sujeitos, reconstruindo algumas de suas motivações e acessando-as por intermédio da linguagem e das representações: *“à l’instar de tous les ‘grands classiques’, jusqu’à Weber lui-même, le talent de Durkheim est bien d’analyser l’action sociale en reconstruisant les motifs et les logiques des acteurs sans se risquer jamais à l’herméneutique douteuse du texte de leurs discours* [“tal como todos os ‘grandes clássicos’, até mesmo Weber, o talento de Durkheim é

---

<sup>6</sup> Contemporaneamente, talvez, Pierre Bourdieu foi quem mais se aproximou dessa junção, ou seja, se distanciou da falsa dicotomia entre “indivíduo” e “sociedade”, formulando, sobretudo através do conceito de *habitus* (uma noção já presente na obra de Norbert Elias, embora com as devidas ressalvas), uma concepção de sociologia que enfrenta alguns dos problemas não contemplados por Durkheim.

<sup>7</sup> Principalmente em *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912.

analisar a ação social reconstruindo os motivos e as lógicas dos atores sem jamais se arriscar à hermenêutica duvidosa do texto e seus discursos”] (*ibid.*, 2000, p. 127).

Nesse ponto, cabe retomar a imagem de Halbwachs para observarmos que o desenrolar das idéias ao longo dos anos, sua conexão com a história, permite vislumbrarmos um percurso intricado das inúmeras reflexões implementadas por Durkheim e tantos outros autores da sociologia. Vemos, assim, que não basta atentarmos para a mera ação de sair daquela casa por qualquer de suas portas, mas é necessário que sejam percebidos e observados também de que porta e de que casa estamos falando, bem como para a roupa, o penteado, os adereços e os objetos que leva o indivíduo que sai, sua história de vida, sua posição na estrutura de classes, os laços afetivos e tudo o que compõem a complexidade de qualquer ato humano em relação com outros indivíduos. Nesse sentido, constata-se, por fim, que tanto o princípio da motivação quanto o da causalidade revelam-se insuficientes na explicação dos fatos sociais, ao menos quando se observa sua aplicação isolada ou alheia à perspectiva histórica, de mais longa duração. E *O suicídio*, apesar das limitações e incoerências apontadas, foi talvez o primeiro estudo sociológico que, mais indireta do que diretamente, suscitou a importância dessa questão, ainda não inteiramente resolvida na disciplina.

### **Referências bibliográficas**

CUIN, Charles Henry. “Sociologie sans parole: Durkheim et le discours des acteurs”. In: BORLANDI, M. e CHERKAOUI, M. *Le suicide: um siècle après Durkheim*. Paris: PUF, 2000.

DURHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *As regras do método sociológico*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Da divisão do trabalho social*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. *O suicídio, estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *Les causes du suicide*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1930.

\_\_\_\_\_. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Albin Michel, 1994.

\_\_\_\_\_. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

NEVES, Fernando. “Georg Lukács e Rosa Luxemburgo: concepções da organização proletária”. Goiânia, Revista Possibilidades, v.04, p.06 - 11, 2005.